

A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO NO OESTE PARANAENSE:

o Estado e a iniciativa privada na formação de Cascavel e
de Toledo (1930–1950)

EIXO TEMÁTICO 02: Processos de produção do espaço urbano

VIEIRA, Camylla Fernandes

Mestranda; Programa de Pós Graduação Associado UEM/UEL
pg406401@uem.br

RESUMO

O processo de formação urbana no oeste do Paraná, a partir da década de 1930, esteve inserido em uma estratégia de ocupação territorial articulada entre o Estado e o capital privado, no contexto das políticas de interiorização e nacionalização do território brasileiro. A transição do sistema *obrageiro* para a colonização dirigida marcou a reestruturação das formas de apropriação e valorização da terra, ao consolidar uma dinâmica de atuação em que o Estado e a iniciativa privada possuíam interesses na produção do espaço regional. Neste contexto, o presente artigo analisa comparativamente os processos de formação urbana de Cascavel e Toledo, entre as décadas de 1930 e 1950, com o objetivo de compreender de que modo a atuação articulada entre o Estado e a iniciativa privada configurou a lógica de produção do espaço nessas localidades. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter histórico e geográfico, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental e estudo comparativo entre os dois casos. Os resultados indicam que, embora ambas as cidades estejam inseridas no mesmo contexto regional de colonização, apresentam trajetórias distintas de formação urbana. Enquanto Toledo se configura como resultado de um projeto planejado de colonização privada, conduzido pela MARIPÁ, Cascavel apresenta uma formação inicialmente espontânea, posteriormente estruturada por ações estatais e sob influência indireta da colonização privada. Essas diferenças contribuíram para conformações urbanas específicas e distintas inserções na hierarquia regional.

Palavras-chave: produção do espaço; planejamento urbano; Marcha para o Oeste; MARIPÁ.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

The process of urban formation in western Paraná, beginning in the 1930s, was embedded in a territorial occupation strategy articulated between the State and private capital, within the context of policies aimed at the interiorization and national integration of Brazilian territory. The transition from the obrageiro system to directed colonization marked the restructuring of land appropriation and valorization processes, consolidating a dynamic in which both the State and private initiative held interests in the production of regional space. In this context, this article comparatively analyzes the urban formation processes of Cascavel and Toledo between the 1930s and 1950s, aiming to understand how the articulated action between the State and private initiative shaped the logic of space production in these localities. The research adopts a qualitative approach of a historical and geographical nature, based on literature review, documentary analysis, and a comparative study of the two cases. The results indicate that, although both cities are situated within the same regional context of colonization, they present distinct trajectories of urban formation. While Toledo emerged as the result of a planned private colonization project led by MARIPÁ, Cascavel experienced an initially spontaneous formation, later structured through state actions and under the indirect influence of private colonization. These differences contributed to specific urban configurations and distinct positions within the regional hierarchy.

Keywords: production of space; urban planning; March to the West; MARIPÁ.

RESUMEN

El proceso de formación urbana en el oeste de Paraná, a partir de la década de 1930, estuvo inserto en una estrategia de ocupación territorial articulada entre el Estado y el capital privado, en el contexto de las políticas de interiorización y nacionalización del territorio brasileño. La transición del sistema obrageiro hacia la colonización dirigida marcó la reestructuración de las formas de apropiación y valorización de la tierra, consolidando una dinámica de actuación en la que tanto el Estado como la iniciativa privada tenían intereses en la producción del espacio regional. En este contexto, el presente artículo analiza comparativamente los procesos de formación urbana de Cascavel y Toledo entre las décadas de 1930 y 1950, con el objetivo de comprender de qué manera la actuación articulada entre el Estado y la iniciativa privada configuró la lógica de producción del espacio en estas localidades. La investigación adopta un enfoque cualitativo, de carácter histórico y geográfico, fundamentado en revisión bibliográfica, análisis documental y estudio comparativo entre ambos casos. Los resultados indican que, aunque ambas ciudades se encuentran insertas en el mismo contexto regional de colonización, presentan trayectorias distintas de formación urbana. Mientras Toledo se configura como resultado de un proyecto planificado de colonización privada, conducido por MARIPÁ, Cascavel presenta una formación inicialmente espontánea, posteriormente estructurada por acciones estatales y bajo la influencia indirecta de la colonización privada. Estas diferencias contribuyeron a configuraciones urbanas específicas y a distintas inserciones en la jerarquía regional.

Palabras clave: producción del espacio; planificación urbana; Marcha hacia el Oeste; MARIPÁ.

PENSAR FORA DO EIXO

INTRODUÇÃO

Ao pesquisarmos o processo de desenvolvimento urbano no Brasil, verificamos que o seu progresso foi articulado pelos agentes que influenciam as características da produção urbana ao longo do tempo. Santos (1985 [2012]) elucida que o espaço não é um elemento estático que sofre somente pela atuação do tempo, mas um componente do meio social, com um ecossistema de relações das dinâmicas sociais. Lefebvre (2000) corrobora com esse entendimento ao explicitar que o espaço social é um analisador da sociedade, que incorpora as suas ações e, assim, se desenvolve. Dessa forma, podemos considerar que, além de ser uma parte que influencia na construção do espaço, a sociedade também é aquela que determina o modo como o espaço irá se constituir ao longo do tempo.

Nesse foco, buscamos em Corrêa (1994) compreender os agentes sociais na produção do espaço, estes, que, apesar de possuírem interesses distintos na construção do território, demarcam a noção de que as suas relações são marcadas por conflitos de interesse, o que destaca que as suas atuações no espaço não são neutras. Suas ações refletem os propósitos da produção da cidade capitalista, ao ter como um dos fundamentos a continuidade da acumulação de capital, em que a mercantilização da terra se torna uma moeda de transação. Nesse viés, Harvey (2005), apoiado em conceitos marxistas, discorre sobre a teoria da acumulação de capital e a sua influência nos processos de produção de cidades. Para o autor, o espaço social é construído pela busca de uma nova oportunidade de acúmulo de capital, em que, para isso, há novas ações dos agentes nas dinâmicas de crescimento do espaço produzido.

No estudo dos agentes da construção do espaço da cidade capitalista, estudamos em Corrêa (1994) que esta produção é composta por agentes complexos, elencados como: os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos. Com esse entendimento, Ferreira (2022) evidencia que é por meio das articulações entre o Estado e agentes privados que é possível entendermos os processos de conformação do espaço social capitalista. Sobretudo em razão do Estado criar condições institucionais, jurídicas e infraestruturais para a valorização territorial e a perpetuação do acúmulo de capital.

Nesse contexto, desde o final do século XIX, o oeste paranaense era caracterizado por uma ocupação rarefeita, fortemente vinculada à exploração extrativista conduzida por companhias

PENSAR FORA DO EIXO

privadas de capitais estrangeiros, também denominadas *obrages*¹. Pelos estudos de Oldoni e Rego (2017) observamos que o oeste paranaense era um território pouco desenvolvido e federalizado, que por quase 50 anos foi explorado pelas *obrages* por meio de concessões de terras do governo. Até a década de 1930, a hegemonia das companhias privadas estrangeiras atuava na exploração da mata nativa e na extração da erva-mate, visando o lucro por meio do aproveitamento dos recursos naturais da região. Essas companhias não possuíam interesse de colonizar o território, somente em explorar a terra. As concessões para a exploração que essas receberam foram provenientes do governo estadual, que intencionava a obtenção de lucro sobre impostos locais. Dessa forma, a construção da hegemonia do capital privado estrangeiro no território se tornou a responsável pela desnacionalização da fronteira brasileira no oeste do Paraná.

Essa configuração de exploração predatória e sem caráter colonizadora se estendeu até meados da década de 1930, com a ascensão do governo Vargas (1930-1945). A partir da formulação de políticas territoriais de ideologias nacionalista, as dinâmicas de ocupação no interior do país passam por progressivas mudanças. Nesse momento de ideologias desenvolvimentistas do Estado Novo (1937-1945), o governo federal promulgou uma política de interiorização do país, conhecida como Marcha para o Oeste, em que o Estado se colocou como agente produtor de uma nova política econômica e de colonização do interior do Brasil (SOARES & CORDOVIL, 2025).

Nesse contexto, Soares (2016) aborda que foram retiradas as concessões governamentais para a exploração do território das *obrages*. Desse modo, o território oestino² retornou ao domínio do Estado, que, por sua vez, passou a vender as terras devolutas às companhias colonizadoras e particulares, com o intuito de uma fixação permanente e formal no território. Com a perspectiva de obter lucros e garantir o adensamento da região, essas empresas colonizadoras sulistas objetivavam a exploração da mata nativa e o parcelamento das terras para venda aos novos colonos que migraram do Rio Grande do Sul para o oeste do Paraná.

Assim, observamos que, antes, o que se configurava em interesse na exploração da terra, por meio da extração de matéria prima, tornou-se o interesse da especulação fundiária, por meio da venda e da ocupação do espaço colonizado. Desse modo, torna-se possível verificar que a atuação do

¹ Nome dado às propriedades que eram destinadas à exploração da madeira e erva-mate. *Obrageiro* se refere ao nome dado aos empresários responsáveis sobre aquelas terras e “período *obrageiro*” determina o periodização em que este modelo de exploração dominou no território. (GREGORY, 2012).

² Na presente pesquisa nos referimos a território oestino a porção de terras que corresponde ao território do oeste paranaense.

PENSAR FORA DO EIXO

Estado no oeste paranaense a partir de 1930, além de regular a efetiva fixação do território, também viabilizou os mecanismos para as dinâmicas econômicas do período.

No que se refere à atuação do Estado no processo de colonização do oeste paranaense, destacamos a implementação do Programa Rodoviário Marcha para o Oeste, que resultou na construção da BR-35 inaugurada em 1944 e a criação do Território Federal do Iguaçu (1943-1946). A partir desses instrumentos, o governo buscava exercer maior controle sobre a faixa de fronteira e regular o uso das terras devolutas (SPERANÇA, 1992). Também, Reolon (2007) analisa que a iniciativa do governo federal na criação do Território Federal do Iguaçu estava profundamente articulada à expansão do capital privado e à atuação das companhias colonizadoras no território. Nesse sentido, o Estado atuava como o agente indutor de um modelo de ocupação que favoreceu determinados grupos sociais e econômicos.

Nesse contexto de reconfiguração territorial, a atuação das companhias colonizadoras deve ser compreendida como parte de uma estratégia articulada entre o Estado e o capital privado, em que o discurso nacionalista de colonização e de integração do território legitimou a transferência de terras públicas para os agentes empresariais. Gregory (2008) elucida que o processo de colonização dessas empresas operava na lógica do parcelamento de terras em pequenas propriedades, a partir da fundação de núcleos urbanos e da abertura de estradas. Essas ações respondiam às necessidades de ocupação do Estado, mas também constituíam estratégias para viabilizar a economia local e a ampliação do capital. Esse modelo de atuação indica que a colonização funcionava como a etapa inicial de um processo mais amplo de acumulação de capital.

Embora a colonização do oeste paranaense tenha sido desenvolvida por companhias privadas, foi papel do Estado conduzir a reocupação³ do território, ao criar as condições institucionais, jurídicas e de infraestrutura que viabilizaram esse processo, além de intervir diretamente na formação de determinados núcleos urbanos. Assim, entendemos que o modelo de atuação que se conformou no território oestino foi pela frente pública e privada, em que os dois agentes atuaram de modo reconfigurador na produção do espaço. Posteriormente, ao ter o conhecimento do modo que se desenrolaram as primeiras ações do Estado e dos agentes privados no processo de colonização,

³ Piori *et al* (2012) aborda que o processo de ocupação do oeste paranaense passou por quatro fases distintas, em que a primeira advém da ocupação dos povos indígenas originários, que já ocupavam o território antes da colonização do Brasil pelos portugueses. No processo de colonização mais recente (e considerada a última fase de ocupação da região oeste) ainda foram encontradas reminiscências dessa população no local, que foi mais uma vez reprimida pela frente de expansão do capital.

PENSAR FORA DO EIXO

nos questionamos: **a partir dos incentivos do Estado para o desenvolvimento regional do oeste paranaense e da atuação das companhias colonizadoras, de que modo se configurou a lógica de produção do espaço nas localidades de Cascavel e Toledo, pelos seus agentes, até a sua municipalização em 1951?** Dentre os núcleos urbanos formados nesse contexto no oeste do Paraná, Cascavel e Toledo apresentam trajetórias particularmente relevantes para análise. Embora ambas estejam inseridas no mesmo processo histórico de colonização do oeste paranaense, suas formações urbanas ocorreram sob lógicas distintas.

Para concebermos a efetiva realização desta pesquisa, com o aprofundamento que nos cabe, iremos conduzir o nosso recorte de análise temporal a partir da década de 1930, momento em que o Estado passa a se colocar como um agente regulador do território e desenvolve políticas de colonização e incentivo na região oeste. Isso se encerra na década de 1950, quando as localidades pesquisadas em *corpus* se tornam municípios. Assim, teremos como objetivo geral: **compreender a lógica de produção do espaço urbano nas localidades de Cascavel e Toledo, entre as décadas de 1930 e 1950, a partir da atuação articulada entre o Estado e os agentes privados, considerando os seus interesses e estratégias no contexto da colonização e desenvolvimento do oeste paranaense.** O que nos leva a considerarmos os objetivos específicos, que se constituem de modo a: **analisar o processo de encerramento das atividades *obrageiras* no oeste paranaense**, com foco no território de Cascavel e Toledo; **investigar as relações entre o Estado e a iniciativa privada na estruturação inicial dos núcleos urbanos das cidades em *corpus***; e **comparar as trajetórias de formação urbana de Cascavel e Toledo**, ao identificar as aproximações e os distanciamentos na atuação dos agentes produtores do espaço nos processos de formação até as suas municipalizações em 1951.

Com essas ressalvas estabelecidas, a importância dessa pesquisa se baseia em compreender a atuação dos agentes produtores do espaço na formação do território de Cascavel e Toledo, a partir de políticas de colonização incentivadas para a região oeste. Os apontamentos observados no decorrer do estudo nos trazem novas análises sobre como a atuação dos agentes urbanos se conformam em trajetórias distintas na produção do espaço.

1 MATERIAIS E MÉTODOS

Adotamos, nesta pesquisa, uma perspectiva de estudo qualitativa, com abordagem histórica e geográfica, fundamentada na compreensão do espaço como produto das relações sociais e da atuação dos agentes produtores do espaço. Partimos do entendimento que a produção do espaço

PENSAR FORA DO EIXO

urbano de Cascavel e Toledo, entre as décadas de 1930 e 1950, esteve intrinsecamente vinculada às dinâmicas econômicas, políticas e territoriais promovidas pelas políticas do Estado para a colonização e desenvolvimento do oeste paranaense, articulado aos interesses do setor privado. Entretanto, sob características de produção do espaço distintas em cada localidade, visto que a atuação dos agentes se configura de modo diferente em cada território.

Nos baseamos em uma perspectiva teórico-metodológica da produção social do espaço capitalista pautada em autores como Santos (1985 [2012]), Lefebvre (2000), Corrêa (1994) e Harvey (2005) que compreendem o espaço urbano como uma construção das relações entre os agentes sociais e os seus interesses próprios, ao configurar em ações que se modificam ao longo do tempo. Partimos do entendimento de que o espaço urbano não se constitui como um elemento neutro, mas uma construção histórica resultante da atuação de agentes sociais com interesses distintos, cujas práticas se materializam no território. Nesse sentido, o método adotado busca compreender as relações entre Estado e iniciativa privada como elementos estruturantes da lógica de produção do espaço capitalista nas localidades de Cascavel e Toledo.

A escolha do recorte temporal entre as décadas de 1930 e 1950 se justifica por representar um período de mudanças nas dinâmicas de produção do espaço no oeste paranaense. A década de 1930 em que o Estado passou a atuar de forma mais direta como agente regulador e indutor da ocupação territorial, retirar as concessões das *obrages* e promover a venda de terras devolutas às companhias colonizadoras e agentes privados. Observamos que essas dinâmicas, de acordo com as ideias de Harvey (2005), se baseiam em uma reconfiguração das estratégias de acumulação, em que o espaço passa a ser produzido para a expansão do capital. O marco final, situado na década de 1950, corresponde ao processo de municipalização de Cascavel e Toledo, momento em que se consolida a estrutura urbana dessas localidades.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, análise documental e abordagem comparativa entre os municípios de Cascavel e Toledo. Foram utilizadas como fontes produções acadêmicas, livros, artigos científicos relacionados à formação territorial e urbana do oeste paranaense, entre elas se destacam Soares (2016), Oldoni (2015), Gregory (2008) e Reolon (2007). Também foram considerados documentos institucionais, registros históricos e materiais cartográficos presentes nas bibliografias consultadas. Os critérios de seleção das fontes foram definidos com base em dois aspectos: relevância para o recorte espacial e temporal da pesquisa;

PENSAR FORA DO EIXO

contribuição para a compreensão da atuação dos agentes produtores do espaço no processo de colonização de um território.

A delimitação espacial centrada em Cascavel e Toledo se fundamenta na possibilidade de desenvolver uma análise comparativa entre duas trajetórias de formação urbana que apresentam especificidades quanto à atuação dos agentes e à configuração territorial resultante. A comparação entre os casos foi conduzida a partir de quatro categorias de análise: a atuação do Estado na organização do território; a participação ativa da iniciativa privada no processo de colonização; as dinâmicas de ocupação e valorização fundiária; e a configuração urbana resultante em cada localidade. Tal estratégia metodológica permite descrever os processos, como também, interpretar as variações na lógica de produção do espaço, ao contribuir para uma compreensão mais ampla das dinâmicas urbanas no oeste paranaense. Reconhecemos que, por se tratar de uma pesquisa qualitativa e histórica, os resultados encontrados não têm a intenção de generalizar as ações dos agentes privados nas atuações econômicas que desenvolvem em frentes de expansão, mas o de articular de que modo esses agentes privados podem configurar suas ações a partir do contexto estabelecido por esta pesquisa.

2. A FORMAÇÃO DE CASCAVEL

A ocupação do oeste paranaense se insere em uma dinâmica ampla de expansão do capital, impulsionada pelo governo federal, que buscava a fixação do interior do país e maior dinamismo da economia interna. No caso de Cascavel, a formação urbana está diretamente relacionada à atuação do Estado e na consolidação de infraestruturas estratégicas para a fixação do território. Mariano (2012) aponta que, de acordo com as narrativas locais, a reocupação inicial no território se deu em 1922, pelo agricultor catarinense Antônio José Elias, ao adquirir, por meio de concessão pública, o direito das terras à margem do rio Cascavel. É nesse período que uma ocupação mais efetiva do território oestino passou a se tornar relevante para o Estado, pois era indispensável garantir a soberania nacional no território.

Em Piori *et al.* (2014) verificamos que, na década de 1920, houve um aumento relevante de migrantes alemães e italianos no território, em busca de novas terras para o cultivo agrícola, visto as questões fundiárias que se agravavam no Sul do país. Gil (2015) contribui com essas análises ao evidenciar que algumas empresas colonizadoras passaram a atuar no oeste paranaense, porém sem nenhuma ação expressiva. Neste momento, a falta de ações regulamentadoras concretas por

PENSAR FORA DO EIXO

parte do Estado no desenvolvimento do território, contribuiu para o pouco êxito do início da reocupação.

Com a instalação do governo ditatorial de Vargas, com o projeto de nacionalização, bem como com o projeto de desenvolvimento do país, aliado à preocupação de garantir fixação de todo o território fronteiriço, o Estado passou a se colocar como um agente regulador do território, consolidando ações que garantissem a soberania nacional em regiões ainda não ocupadas. (SOARES & CORDOVIL, 2025)

No contexto cascavelense, durante a década de 1930, o governo estadual contribuiu para o desenvolvimento do território a partir de medidas que garantiram a fixação organizada e formal da ocupação inicial. Em Soares (2016), verificamos que, em 1931, o Estado reconheceu o território cascavelense como patrimônio do município de Foz do Iguaçu, como também a medição, a demarcação e a legitimação das terras. Depois, em 1934, efetivou-se o patrimônio em distrito, ainda permanecendo sob o domínio político de Foz do Iguaçu. Já em 1936, por meio da autorização do interventor Manuel Ribas, foi criado o Patrimônio Municipal de Cascavel, com Título de Domínio Pleno, para a cidade de Foz do Iguaçu. Essa ação resultou na delimitação do núcleo urbano inicial de Cascavel, para o seu devido arruamento e parcelamento, assim como possibilitou o aparato legal para que Foz do Iguaçu se tornasse o responsável pela venda e pela comercialização de terras a terceiros. Desse modo, a trajetória do processo de desenvolvimento cascavelense ocorreu em certo contraste quanto ao modelo de ocupação que acontecia aos seus arredores, em que empresas colonizadoras se estabeleceram após compra de terras que pertenciam às *obrages*.

Essas dinâmicas de institucionalização territorial que ocorreram ao longo da década de 1930 reforçam que a atuação do governo estadual no processo de desenvolvimento territorial de Cascavel não se deu de modo neutro. Como observamos em Soares (2016), a atuação do Estado na delimitação e na formação do núcleo inicial de Cascavel se expressa como efeito direto sobre terras que não foram vendidas à frente privada. O município de Foz do Iguaçu se tornou o responsável por organizar espacialmente o território, além de ser o agente responsável pela promoção fundiária, o que lhe conferia os privilégios de venda, sob carta de aforamento, a terceiros. Os ocupantes das terras tinham direitos e deveres sobre a sua posse, a obrigação de não a deteriorá-la e a pagar o foro anual ao proprietário (o município). Também, as ações formais do Estado paranaense para o desenvolvimento do território oestino, em específico de Cascavel, são

PENSAR FORA DO EIXO

decorrentes das mudanças políticas e econômicas do governo Vargas (1930-1945), que visava uma nova política econômica de base para o país.

Observamos em Gil (2015) que como parte do ideal progressista de interiorização do país, o governo estadual passou a propor estudos para a integração rodoviária do território oeste com o restante do estado. Nesse contexto, a localidade em que Cascavel se posicionou também se mostrou relevante para as ações de desenvolvimento territorial da região e para as atuações governamentais que ocorreram no território cascavelense.

No início da trajetória do município, vemos que na década de 1900, a localidade de Cascavel ocupava uma faixa da porção de terra pertencente à *obrage* Domingos Barthe. Sperança (1992) explica que, a partir da sede da *obrage* Barthe, localizada a menos de 30 km de distância do território de Cascavel, ramificaram-se caminhos para pousos e portos. Na figura 01, organizada por Gil (2015), é possível visualizar as principais picadas abertas no período. Aqui, destaca-se a picada que começava em Foz do Iguaçu e seguia a norte, ao chegar nas localidades da Central Barthe (sede da *obrage* Barthe) e Cascavel, para então seguir ao sentido de Catanduvas. Esse caminho demonstra uma importante ligação viária da localidade de Cascavel ao único território municipalizado na região, Foz do Iguaçu. Como também, a formação de um ponto estratégico para viajantes que vinham de Guarapuava e tinham o cruzamento em Cascavel como um pouso importante para troca de mercadorias e caminho para outras *obrages*.

Figura 1. Picadas abertas no território oeste no início do século XX

PENSAR FORA DO EIXO



Fonte: Gil, 2015.

Desse modo, a localidade de Cascavel apresenta características territoriais relevantes por três dimensões que atuaram sobre o seu espaço: o desenvolvimento da rede de picadas abertas pelas *obras*; a sua localização como ponto articulador entre as estradas de terra e a sua capacidade de oferecer pouso aos viajantes e aos migrantes da região. Nesse contexto, a consolidação viária na região era compreendida como fundamental para a fixação da população no território e para o desenvolvimento econômico.

Soares (2016) aborda que, no ano de 1938, é vista a importância da expansão viária no território no Programa Rodoviário Marcha para o Oeste, que resultou na abertura da BR-35, inaugurada em 1944, que passava por Cascavel. A BR-35, inicialmente denominada como “Estrada Estratégica”, tinha como função a ligação do sentido Leste-Oeste entre Guarapuava e Foz do Iguaçu. Para a cidade, que ainda era patrimônio de Foz do Iguaçu, isso caracterizou o modo que se fixou no território, ao se desenvolver no perímetro da rodovia. Desse modo, por conta de sua organização a partir do traçado da BR-35, o território de Cascavel havia se tornado rota importante para os imigrantes de outros estados que chegavam à região com o interesse em adquirir lotes de terras das companhias colonizadoras.

PENSAR FORA DO EIXO

Nos estudos em Gil (2015) verificamos que o território cascavelense estava conjugado às terras da colonizadora MARIPÁ (Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná), empresa que ficou marcada por sua importante atuação na exploração da mata nativa e na comercialização de terras, ao ter parcelado diversas cidades na região oeste, entre elas o município de Toledo. A partir das ações de divulgação de venda dos lotes da companhia, alguns migrantes ao passarem pelo pouso de Cascavel se interessavam pela facilidade de posse da terra e a divulgavam. A autora aborda que esse movimento migratório ocasionado pelo eixo rodoviário foi fundamental para a expansão de Cascavel. A autora pontua que:

[..] apesar do início da ocupação da localidade de Cascavel ter sido espontânea, esta estava numa posição geográfica estratégica, um entroncamento viário que antecedia Toledo, de maneira que se acredita que a atividade da MARIPÁ tenha possibilitado que alguns migrantes ao passarem pelo local tenham se interessado e o divulgado [...]. (GIL, p. 58, 2015)

Nesse momento de impulsionamento econômico, com a instalação das companhias colonizadoras no território, Reis (2017) pontua em seus estudos que a atividade econômica que ascendeu no território foi a exploração madeireira. Essa dinâmica econômica desenvolvida pelas madeireiras que se instalaram na região, promoveram o aumento do consumo de capital local, Soares (2016) pontua que “foi o que possibilitou a independência das vilas como cidades.” (PIAIA, 2013 *apud* SOARES, 2016, p. 38). O crescimento econômico pelo setor madeireiro, somado ao desenvolvimento rodoviário na região, durante a década de 1940, foi fundamental para impulsionamento urbano do território de Cascavel, até se tornar município, em 1951.

O entendimento dessas ações que ocorreram durante as décadas de 1930/40 no território cascavelense demonstra que os interesses do Estado e dos agentes privados se aproximavam, apesar de atenderem a expectativas distintas sobre o território. O Estado atuou diretamente na institucionalização territorial, na produção de infraestrutura e na legitimação fundiária. Já os agentes privados contribuíram para a dinamização econômica e para a valorização da terra.

A partir dessas informações, verificamos que tanto a importância territorial que Cascavel desenvolveu com o entroncamento viário da BR-35, quanto a atividade econômica que o território formulou com as madeireiras e a agricultura foram fundamentais para a sua emancipação. No ano de 1951, Cascavel se tornou um município independente de Foz do Iguaçu, a partir da lei nº 790/51, com o primeiro prefeito José Neves Formighieri eleito neste mesmo ano (GIL, 2015). Nesse contexto, Cascavel era um território que já tinha sido parcelado e comercializado enquanto ainda

PENSAR FORA DO EIXO

era patrimônio e, nesse ponto, coube ao governo municipal, após a emancipação, ações que garantissem o desenvolvimento urbano da cidade.

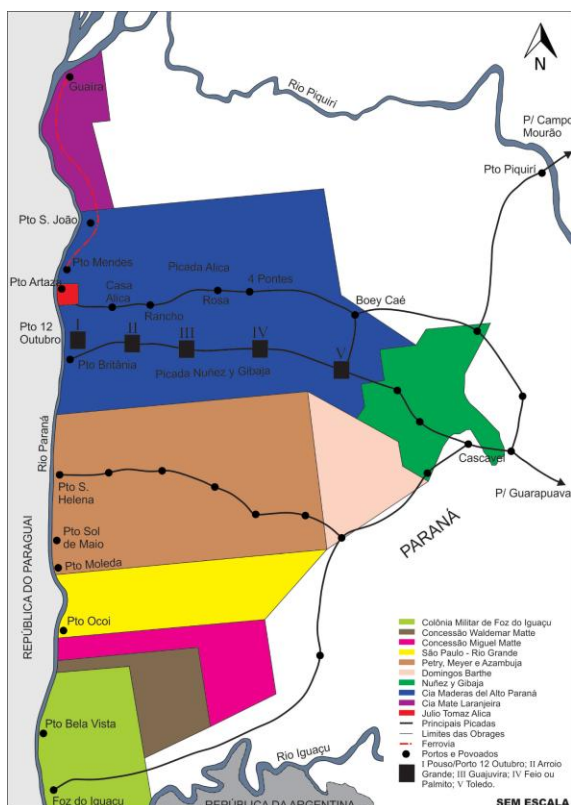
Com isso, vemos que no caso de Cascavel, a sua formação urbana esteve fortemente vinculada às dinâmicas dos fluxos migratórios e posição que configurou no eixo viário. Sua consolidação não decorreu de um planejamento urbano previamente estruturado, como no caso dos núcleos urbanos formados por colonizadoras, mas da dinamização de interesses de diferentes agentes no seu território. Nesse viés, o Estado, ao mesmo tempo em que atuou como um agente regulador e promotor da ocupação territorial, também atuou de forma seletiva na distribuição de infraestrutura e na legitimação fundiária, ao criar condições para a valorização da terra. Essa atuação não rompeu com as dinâmicas de exploração herdadas do período *obrageiro*, mas as reconfigurou sob uma nova lógica, agora alinhada ao projeto nacional de integração territorial e expansão capitalista.

3. A FORMAÇÃO DE TOLEDO

A formação de Toledo deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de ocupação do oeste paranaense, estruturado pela articulação entre o Estado e o capital privado. Oldoni (2016) aborda em seus estudos que durante o período *obrageiro* o território de Toledo se localizava dentro da propriedade da Fazenda Britânia, considerada a maior *obrage* atuante da época. Na figura 05, elaborada por Oldoni (2016), é possível observar o ponto em que Toledo se localizava dentro do território. Nesse período, a localidade recebeu esse nome por conta do arroio Toledo que passava naquelas terras. Na porção colorida em azul, o quadrante preto sinalizado pelo número V (numeral romano) demarca a posição do núcleo inicial toledano. Essa posição sugere uma característica de pouso relevante no território, visto que se localiza no eixo da picada *Nuñez y Gibaja*, picada principal no escoamento da matéria prima extraída para o porto.

Figura 2. configuração do território oeste no período *obrageiro* (início do século XX)

PENSAR FORA DO EIXO



Fonte: Oldoni, 2016.

Apesar de apresentar relevância geográfica no período *obrageiro*, a importância territorial de Toledo estava associada aos pontos de acesso fluvial e às áreas de extração, sem nenhuma intenção de formação urbana permanente. Com o fim das concessões de terras as *obrages*, as terras da Fazenda Britânia foram vendidas à Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. (MARIPÁ). Nessa dinâmica de colonização, diferente do que vemos em Cascavel, o Estado atua menos como executor direto da organização do território e mais como mediador e viabilizador da atuação do capital privado no território.

Oldoni (2016) expõe que as compras de terras para a colonizadora MARIPÁ foram viabilizadas pelo próprio Estado, em que ao retomar o controle sobre áreas anteriormente concedidas às *obrages*, passou a comercializá-las às companhias privadas com o objetivo de promover a ocupação formal e a integração econômica da região. A MARIPÁ adquiriu a extensa área da Fazenda Britânia, pertencente à *obrage* Companhia de Madeiras del Alto Paraná, em 1941, por intermédio do Estado, que ratificou a compra por lei. Diferentemente da ocupação de outras localidades da região, marcadas por conflitos fundiários, a colonizadora se beneficiou do fato de ter adquirido de uma grande gleba sob domínio de um único proprietário. Essa condição garantiu maior segurança

PENSAR FORA DO EIXO

jurídica na titulação das terras e contribuiu para a construção de um ambiente de confiança entre os colonos.

A chegada da MARIPÁ ao oeste paranaense marcou a consolidação de um modelo de colonização orientado pelo planejamento territorial e pela valorização fundiária. Analisamos em Muller (1986) que a colonizadora estruturou a sua área de domínio a partir da abertura de estradas, do parcelamento racional das terras e da implantação de núcleos urbanos estrategicamente localizados. A partir dessa estratégia, a atuação da companhia no território se baseou na combinação entre exploração inicial dos recursos naturais (madeira) e com as terras limpas, o parcelamento fundiário em propriedades, voltadas à atração de migrantes do sul do país. Além dos benefícios de mercado que a MARIPÁ obteve, a partir da venda de terras, a colonizadora também tinha a perspectiva de ganho de benefícios a partir do desenvolvimento econômico na região.

Esse modelo de atuação no território evidencia que a colonização se constituiu como uma estratégia contínua de valorização e extração de renda da terra, operacionalizada por diferentes mecanismos ao longo do tempo. Inicialmente, a exploração madeireira desempenhava papel central como etapa de capitalização primária. A partir disso, o parcelamento fundiário se consolidava como estratégia de ampliação da renda, pois a companhia aumentava o potencial lucrativo e se beneficiava comercialmente dos excedentes produzidos pelos colonos. Paralelamente, a implantação de infraestrutura e a estruturação de núcleos urbanos atuavam como mecanismos de valorização indireta. Dessa forma, a colonização promovida pela MARIPÁ pode ser compreendida como um processo planejado de produção do espaço, no qual a terra é continuamente transformada em ativo econômico.

A partir dessas configurações, Gregory (2008) salienta em suas análises que a atuação da empresa no território visava a rentabilidade rapidamente, assim se fez necessária a criação de uma vila para ser o centro administrativo da empresa na região. A escolha da localidade se deu por intermédio de Alberto Dalcanale e Alfredo Ruaro, empresários que visitaram as terras da Fazenda Britânia para a avaliação no período de compra. A escolha se deu pelo pouso em que se localizava o arroio Toledo, por conta dos belos pinheiros que cresciam na localidade, como também por conta da sua posição do território, às margens da picada *Nuñez y Gibaja*, como visto na figura 02 (p. 13). Sob posse da maior porção de terras a ser reocupada na região, oito núcleos planejados se efetivaram em municípios em 1951: Toledo, Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Mercedes, Nova Santa Rosa, Maripá, Pato Bragado e Entre Rios.

PENSAR FORA DO EIXO

A companhia também sistematizou as suas atuações por meio do Plano de Colonização (1955), no qual se estabeleciam diretrizes, objetivos e procedimentos, para orientar a produção do espaço na área da antiga Fazenda Britânia. Oldoni (2016) elucida que esse plano abordava uma série de ações concretizadas no território até 1955, como: a medição e a demarcação das terras, o parcelamento fundiário em pequenas propriedades, a abertura de estradas (para escoamento da produção), a implantação de núcleos urbanos e a instalação de equipamentos e infraestruturas básicas. O parcelamento das terras em lotes de aproximadamente 25 a 35 hectares constitui um dos elementos centrais dessa atuação, pois se acreditava que esse modelo de parcelamento era o mais adequado para os interesses agrícolas dos colonos. Entretanto, a autora contrapõe que esse também foi um mecanismo de valorização fundiária e maior lucratividade. Ao fracionar as extensões de terra em pequenos lotes, a companhia aumentava significativamente o número de compradores potenciais. Ainda que essa prática fosse frequentemente legitimada pelo discurso da pequena propriedade familiar e da fixação do colono à terra, ela respondia também a uma ideologia capitalista, ao valorizar a maior rentabilidade dos pequenos lotes em comparação à venda de grandes lotes.

No caso específico de Toledo, a atuação da colonizadora MARIPÁ evidencia o caráter planejado e estratégico da produção do espaço no oeste paranaense. A partir do núcleo inicial que se conformou em Toledo, a MARIPÁ estruturou o parcelamento fundiário e direcionou os fluxos migratórios. Muller (1986) explicita que a expectativa era atrair colonos e organizar a ocupação do espaço em pequenas propriedades agrícolas, voltadas para a agricultura local. No território, o sistema de longos lotes foi adotado pela companhia para o parcelamento das terras e foi aceito como ideal para Toledo.

A ocupação de Toledo, no final da década de 1940, configura como o principal ponto de entrada dos fluxos migratórios dirigidos à região. Definida como sede da colonizadora MARIPÁ, a cidade foi implantada de forma estratégica, do ponto de vista logístico e territorial, ao funcionar como um núcleo articulador da ocupação sobre a área da antiga Fazenda Britânia. Oldoni (2016) elucida que essa centralidade também se expressava na articulação com a rede viária. Toledo se posicionou em um eixo estratégico de ligação com Cascavel e Curitiba e se constituiu como ponto de chegada dos migrantes. Ainda, a estruturação da malha viária a partir do núcleo inicial de Toledo, reforça o seu papel hierárquico no território. Nas estradas que se ramificam a partir de Toledo derivaram os principais eixos de ocupação, ao longo dos quais foram implantados onze dos quinze dos núcleos urbanos da colonizadora.

PENSAR FORA DO EIXO

Dessa forma, a ocupação de Toledo pode ser compreendida como o resultado de um planejamento que articulou localização estratégica, infraestrutura viária e critérios técnicos de implantação. Trata-se, portanto, de um núcleo concebido para desempenhar funções específicas no interior do projeto colonizador, ao se consolidar como um ponto de comando e articulação da ocupação regional. A centralidade de Toledo e a hierarquização da rede urbana dentro do território da companhia, decorrem de decisões estratégicas vinculadas à maximização das dinâmicas econômicas. Ainda que o discurso da pequena propriedade e da fixação do colono sugira uma ocupação equilibrada, o que observamos é a consolidação de um sistema que tende a reproduzir desigualdades espaciais e a subordinar o território às dinâmicas de acumulação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora ambas as cidades estejam inseridas no mesmo contexto histórico de colonização do oeste paranaense, seus processos de formação urbana derivam de processos distintos, em que percebemos diferentes modelos de organização territorial. A comparação entre os dois casos evidencia que Cascavel se consolidou como um centro regional a partir de sua função articuladora e de sua inserção na rede viária. Enquanto Toledo se estruturou como um núcleo planejado, cuja centralidade deriva de uma lógica interna ao projeto colonizador.

No caso de Cascavel, flagramos que a produção do espaço aconteceu por meio de uma sobreposição de interesses no território. Neste contexto, o Estado desempenhou papel na institucionalização territorial, na legitimação fundiária e na implantação de infraestrutura, ao criar condições para a valorização da terra. Ainda, consideramos que, apesar de o início da formação de Cascavel ter se dado de maneira espontânea ao longo do que viria a ser a BR-35, o município também é resultado das ações de um estado rodoviarista, associado às ações indiretas da iniciativa privada.

Nesse sentido, a formação de Cascavel demonstra (de forma analítica) uma dinâmica de desenvolvimento em que a ausência de um planejador privado não impactou na ausência de interesses sobre a terra. Pelo contrário, a formação do núcleo, ao longo do eixo rodoviário, somada à sua função como ponto de apoio logístico e de circulação, evidencia que a sua consolidação foi progressivamente capturada pelos interesses do ordenamento territorial, orientada para a circulação de mercadorias, de pessoas e do capital.

PENSAR FORA DO EIXO

Por outro lado, compreendemos que a formação de Toledo apesar de resultar de um “projeto bem-sucedido” de colonização, também representa um modelo de produção do espaço orientada pela lógica capitalista. A organização territorial baseada no parcelamento racional da terra e na definição de núcleos urbanos hierarquizados demonstra um modelo de colonização orientado pela maximização da renda fundiária e pela consolidação de uma base econômica capaz de sustentar ciclos posteriores de acumulação.

A atuação da Companhia MARIPÁ no território pode ser associada à ideia de planejamento eficiente e de ordenamento territorial. Entretanto, esse desempenho reacende uma perspectiva da lógica de mercantilização da terra, em que o espaço é produzido somente como meio de reprodução do capital. Ao mesmo tempo, a mediação do Estado não se configura de modo neutro. Ainda que a sua atuação direta na organização do território seja menos evidente do que vemos em Cascavel, a sua presença é determinante para viabilizar juridicamente a transferência de terras e criar as condições institucionais necessárias à atuação do capital privado.

A comparação entre os dois casos demonstra que, em ambas as localidades, a produção do espaço esteve subordinada à lógica de acumulação de capital. Tanto a atuação do Estado quanto a da iniciativa privada contribuíram para a mercantilização da terra e para a conformação de estruturas urbanas orientadas por interesses econômicos. Ainda que o discurso oficial enfatize a ocupação do oeste como uma estratégia de integração territorial e de garantia da soberania nacional. Compreendemos, a partir dos estudos e paralelos aqui realizados, que a atuação do Estado esteve alinhada com os interesses da iniciativa privada, sobretudo no que se refere à criação de condições materiais e institucionais para a apropriação e a valorização fundiária.

A principal contribuição deste artigo consiste em evidenciar que além de dinâmicas distintas no processo de colonização de Cascavel e Toledo, também demonstra diferentes formas de atuação entre o Estado e a iniciativa privada, no que diz respeito à organização do território. Essas distintas configurações produziram espacialidades específicas que ainda influenciam o papel de cada cidade na rede urbana regional. Cascavel acabou por assumir um papel mais dinâmico e diversificado, vinculado à oferta de serviços, comércio e conexões inter-regionais. Enquanto Toledo mantém uma centralidade mais vinculada à organização produtiva e à estruturação de uma base agroindustrial.

Nesse sentido, a produção do espaço no oeste paranaense deve ser compreendida como resultado de políticas de ocupação territorial somadas a um projeto econômico que articulou o Estado e o capital privado na consolidação de uma frente de expansão do capital. Assim, consideramos que



PENSAR FORA DO EIXO

as diferenças nos processos de formação de Cascavel e Toledo refletem estratégias distintas na atuação dos agentes na produção do território. Essas ações produziram configurações urbanas específicas que, ainda hoje, influenciam o papel de cada cidade na rede urbana regional.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1994.
- FERREIRA, João Sette Whitaker. **A forma urbana patrimonialista: limites da ação estatal na produção do espaço urbano no Brasil**. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 24, p. 1-24, jan-dez, 2022.
- GIL, Lissandra Guimarães. **A construção de Cascavel-PR: da formação do pouso às ressonâncias das propostas urbanísticas de Jaime Lerner até 1989**. 2015. 175f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.
- GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70)**. 2ed. Cascavel: Edunioeste, 2008.
- GREGORY, Valdir. **Obrages nos sertões do Paraná: exploração, trabalho e fronteiras**. Revista do Centro de Educação e Letras, Foz do Iguaçu, v. 14, n. 1, p. 43-65, jan.-jun., 2012.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Traduzido por Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4 ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.
- MARIANO, Maicon. **A capital do oeste: um estudo das transformações e (re) significações da ocupação urbana em Cascavel - PR (1976-2010)**. 2012. 135f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- OLDONI, Sirlei Maria; **Cidades novas no oeste do Paraná: os traços criados pela colonizadora MARIPÁ**. 2016. 120f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.
- OLDONI, Sirlei Maria; REGO, Renato Leão. **A infraestrutura viária como elemento de configuração regional e urbana no processo de colonização do oeste do Paraná**. In: Jornadas Interescuelas/Departamentos de História, 16., 2017, Mar del Plata.
- PRIORI, Angelo; POMARI, Luciana Regina; AMÂNCIO, Silvia Maria; IPÓLITO, Veronica Karina. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012.
- REIS, Cirineu Ribeiro dos. **Agronegócio e urbanização: a relação rural-urbano em Cascavel/PR**. 2017. 113f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação Mestrado em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017.
- REOLON, Cleverson Alexsander. **A aglomeração urbana da soja: Cascavel e Toledo no contexto da metropolização na mesorregião oeste paranaense**. 2007. 244f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2007.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5 ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.



PENSAR FORA DO EIXO

SOARES, Karen Alessandra Solek. **Produção da irregularidade urbana: gestão, agentes, processos e práticas espaciais no território de Cascavel/PR.** 2016. 218f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

SOARES, Karen Alessandra Solek; CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. **A efemeridade do Território Federal do Iguaçu e a heterogênea ocupação dos vales coloniais sulinos.** DRd – Desenvolvimento Regional em debate, v. 15, p. 39-57, 2025.

SPERANÇA, Alceu. **Cascavel: a história.** Cascavel: Editora Gráfica Positiva, 1992.